

Ritos fúnebres em Brejo do Cruz: a preocupação com a vida após a morte

Francimeire Gomes Monteiro

Mestranda em História

Universidade Federal de Campina Grande

Nosso principal objetivo neste trabalho foi perceber quais as práticas e representações da morte eram comuns em Brejo do Cruz-PB até meados do século XX. Para isso fizemos um estudo etnográfico, no qual realizamos algumas entrevistas com idosos que viveram a maior parte de suas vidas em Brejo do Cruz. Para desenvolvermos esse trabalho, nos baseamos no que diz Clifford Geertz sobre a etnografia. Realizamos entrevistas e depois buscamos fazer uma descrição densa do material selecionado, ou seja, fizemos uma leitura dessas entrevistas, pois entendemos que o material produzido através das entrevistas não é uma história pronta, mas uma fonte a ser analisada pelo historiador, estando este atento ao tratamento específico que as fontes orais requerem. Depois de termos feito algumas entrevistas com os idosos, passamos a analisar esses documentos, tentando entender como eram realizados os ritos fúnebres em Brejo do Cruz até meados do século XX e quais representações os brejocruzeses tinham da morte. Ao analisarmos as entrevistas notamos que até meados do século XX, as pessoas se preocupavam muito em realizar os ritos fúnebres, pois temiam que a alma daquele que havia partido não descansasse. Os cuidados tomados pela família para com o morto para que este descansasse em paz estava ligado ao medo de que a alma ficasse “penando”, algo relacionado a um imaginário religioso, diferente do que percebemos em alguns ritos realizados atualmente em Brejo do Cruz nos quais as famílias parecem mais preocupadas em falar sobre o morto e da dor da despedida causada pela morte.

Palavras chave: Morte; Representação; História Oral.

Introdução

O nosso interesse em trabalhar questões relacionadas a morte, tema que, muitas vezes, causa medo ou indiferença partiu de algumas leituras do livro de João José Reis “A morte é uma festa”(1991) que despertou nossa curiosidade em pesquisar sobre os ritos fúnebres em Brejo do Cruz. Ao iniciarmos a pesquisa tivemos acesso a algumas leituras que eram imprescindíveis para quem se interessava em estudar a morte, sendo “A história da morte no Ocidente”, de Philippe Ariès, uma dessas leituras que mais nos chamou atenção, pois nesse livro o autor afirma que muitas práticas relacionadas a morte teriam desaparecido no século XX em todo o Ocidente, e no entanto, tais práticas apontadas pelo autor ainda permaneceram em Brejo do Cruz durante o século XX e algumas delas ainda hoje existem.

Os estudos sobre a morte nem sempre foram possíveis no campo historiográfico, pois durante muito tempo os historiadores se preocuparam com os

aspectos políticos, sociais e econômicos, classificando as questões culturais como “sem importância”. Assim, a morte só foi pensada como um objeto de estudo da história após a década de sessenta, quando outras disciplinas das ciências sociais tentavam abalar a posição “dominante da história”. Segundo Chartier (1988):

A resposta dos historiadores foi dupla. Puseram em prática uma estratégia de captação, colocando-se nas primeiras linhas desbravadas por outros. Daí a emergência de novos objectos no seio das questões históricas: as atitudes perante a vida e a morte, as crenças e os comportamentos religiosos, os sistemas de parentesco e as relações familiares, os rituais, as formas de sociabilidade, as modalidades de funcionamento escolar, etc. (CHARTIER, 1988, p.14).

Percebemos que foi a partir de uma aproximação com outras disciplinas, principalmente com a antropologia que a morte passou a ser trabalhada pelos historiadores. A partir desses trabalhos foi possível pensar que as práticas e representações da morte variam de acordo com o tempo e espaço nos quais homens e mulheres estão inseridos, fazendo com que percebamos que essas práticas e representações nada têm de naturais.

Para melhor compreensão deste trabalho é necessário uma explicação do que entendemos por práticas culturais:

De certa maneira, temos aqui a cultura objetivada, o conjunto de obras, realizações, instituições, que conferem originalidade e/ ou autenticidade à vida de um grupo humano, inclusive seus usos e costumes, nem sempre imediatamente de todos (FALCON, 2002, p. 60).

Esse conceito é importante para pensarmos os usos e costumes que fizeram parte dos ritos fúnebres em Brejo do Cruz, já que esses são realizados com certas especificidades em relação ao que afirmou Philippe Ariès sobre a morte no Ocidente. Trabalhamos este conceito estando intimamente ligado ao conceito de representação, pois as práticas culturais aqui tratadas não são realizadas sem um sentido para aqueles que as exercem:

‘Mesmo as representações coletivas mais elevadas só tem uma existência, isto é, só o são verdadeiramente a partir do momento em que comandam actos’, que tem por objetivo a construção do mundo social, e como tal a definição contraditória das identidades, tanto a dos outros como a sua. (CHARTIER, 1988, p.18).

As representações motivam os sujeitos a se comportarem de determinada forma, a exercerem certas práticas diante da morte e dos mortos. Esses conceitos nos ajudam a pensar e buscar compreender como as pessoas que viveram até meados do século XX agiam diante da morte.

A igreja católica e a busca da boa morte

A igreja Católica durante a Idade Média influenciou muito na forma como as pessoas encaravam a morte, pois nesse período a idéia de céu e de inferno foram muito enfatizadas. Assim, os indivíduos passaram a se preocupar de forma exagerada com o destino de suas almas, preocupação esta que cresceu ainda mais com idéia de purgatório, vejamos por que:

(...) Como conseqüência para o tempo que envolve o momento da morte, o purgatório levou a dramatização tanto do período que o precede quanto daquele que se segue. Para a sua obtenção, seria necessário que a penitência tivesse sido iniciada_ ou, pelo menos, a confissão, ou ainda, no mínimo, uma contrição sincera, de modo que a atitude do pecador no momento de sua morte assumia uma importância capital e dramática. O último instante passaria a ser de suma importância para o moribundo que, sentindo-se inseguro de ir diretamente para o Paraíso, teria a possibilidade de conseguir ainda nesse instante a salvação através da expiação de suas culpas (RODRIGUES, 1997, p. 152-153).

Diante da ameaça de ir para o purgatório, ou mesmo para o inferno as pessoas acreditavam que confessar seus pecados e demonstrar arrependimento poderia desviá-los destes lugares tão temidos. A invenção do purgatório contribuiu para que as pessoas se preparassem mais para o momento da morte, planejando-a, mas a incerteza parecia constante devido a grande exigência da Igreja Católica em relação ao comportamento dos indivíduos.

Para entender melhor essa questão do medo dos ocidentais em relação ao destino da alma consultamos a obra de Jean Delemeau “História do medo no ocidente”, nesta obra ele procura compreender como a partir do século XII a igreja católica propagou a figura do diabo, contribuindo assim para a construção de um “imaginário do medo”. No entanto o que mais nos chamou atenção nessa obra foi o momento em que o autor fala do grande medo que sentiu quando descobriu a morte:

‘Nenhuma busca’, escreve A. Besançon, ‘que não seja busca de si mesmo e, em algum grau, introspecção’. Essa fórmula aplica-se particularmente à minha investigação sobre o medo. Eu tinha dez anos. Numa noite de março, um farmacêutico amigo de meus pais vem conversar em casa: conversa calma e alegre na qual evidentemente só presto uma atenção distraída, ocupando-me em brincar a alguma distância do círculo dos adultos. Não teria conservado nenhuma lembrança dessa cena banal se, na manhã do dia seguinte, não tivessem vindo anunciar a meu pai o falecimento súbito do farmacêutico, que não era um velho. Sua mulher, ao acordar, encontrara-o morto ao lado dela. Senti um verdadeiro choque, enquanto o desaparecimento, alguns meses antes, de minha avó paterna, que morrerá aos 89 anos, não me perturbara. Foi para mim a verdadeira descoberta da morte e de seu poder soberano. A evidência se impunha: ela atinge pessoas com boa saúde e de qualquer idade. Senti-me frágil, ameaçado; um medo visceral instalou-e em mim. Fiquei doente por mais de três meses, durante os quais fui incapaz de ir à escola (DELUMEAU, 1989, p. 34-35).

É interessante percebermos como este autor coloca em sua obra uma experiência tão íntima de sua vida, algo tão marcante que o motivou a escrever sobre a “História do medo no ocidente”. A partir da experiência deste autor podemos perceber o quanto a morte, em alguns casos, desperta medo nas pessoas, descobrir a fragilidade do homem diante da morte é algo atormentador para muitos.

A morte no Brasil Oitocentista estava muito ligada a Igreja Católica, devido às práticas religiosas que esta instituição afirmava serem necessárias para que o “moribundo” fosse bem sucedido em sua passagem para o além.

Diante da incerteza do destino da alma, era preciso proporcionar ao moribundo uma boa morte, pois assim aumentaria suas chances de livrar-se do purgatório e do inferno, que eram tão temidos. Mas de acordo com o imaginário religioso da maioria das pessoas que viveram no início do século XIX no Brasil ter uma boa morte era algo que se conseguia apenas por intermédio dos padres:

Nos momentos de doenças graves, incuráveis e fatais, a penitência, a eucaristia e a extrema unção, administradas com sentidos específicos, eram procurados pelo doente, no momento em que sentia que era ‘chegada a sua hora’. A proximidade da morte, a presença do padre era solicitada pelo moribundo, por seus parentes ou amigos, tendo em vista a necessidade de ele entrar em contato íntimo com Deus, antes da ‘partida’. E nesse sentido que a figura do padre, interlocutor entre o moribundo e Deus, como mensageiro da palavra e dos sinais (sacramentos divinos, se fazia presente) (RODRIGUES, 1997, p. 176-177).

Sendo o padre o intermediário entre o moribundo e Deus, sua presença na hora da morte era indispensável. A morte para grande parte das pessoas no Brasil Oitocentista, acontecia de forma “domesticada”, como denomina Philippe Aries, a morte que é esperada pelo moribundo e pela família e acompanhada por pessoas encarregadas de realizar os ritos considerados necessários, dentre essas pessoas estava o padre:

O quarto do moribundo transformava-se, então, em lugar público, onde se entrava livremente [...] Ainda no começo do século XIX, os parentes que encontravam na rua o pequeno cortejo do padre levando o viático, acompanhava-o, entrando, em seguida, no quarto do doente (ARIÉS, 2003, p.34).

Dessa forma, morrer no Brasil Oitocentista era algo que se devia planejar, pois pior do que morrer, era morrer sem um plano. Para a execução desse plano o testamento era muito importante, até porque ao fazer um testamento, a pessoa não estava preocupada apenas em dividir fortunas. Vejamos o que diz João José Reis no livro “A morte é uma festa”:

No passado as pessoas se preparavam diligentemente para a morte. A boa morte significava que o fim não chegaria de surpresa para o indivíduo, sem que ele prestasse contas aos que ficavam e também os instruisse sobre como dispor de seu cadáver, de sua alma e de seus bens terrenos. Um dos meios de se preparar,

principalmente mas não exclusivamente entre as pessoas mais abastadas, era redigir um testamento. Esta providência pode ser entendida como o rito inicial de separação (REIS, 1991, p.92)

A igreja influenciava os fiéis na prática de redigir testamentos e com isso as pessoas viam nesse documento uma oportunidade a mais de tentar a salvação, muitos escolhiam seus “advogados” entre os santos, deixavam parte de suas fortunas para os mais pobres, como forma de mostrar solidariedade, também encomendavam inúmeras missas fúnebres. Portanto, redigir um testamento era sinal de que a pessoa estava garantindo uma “boa morte”.

É importante pensarmos o papel da igreja católica nessa propagação da ideia de céu, inferno e purgatório, destacando que o momento da morte tornou-se decisivo para o encaminhamento para um desses lugares. Diante disso, passamos a analisar a preocupação dos brejocruzenses que viveram no século XX em ter uma boa morte. Para isso utilizamos fontes orais e alguns testamentos.

A escolha por esse recorte espacial que é a cidade de Brejo do Cruz-PB se deu por acreditarmos que *“Todas as representações da morte estão imersas em um contexto ou em um banho cultural que é propriamente o tecido da História”* (VOVELLE, 1991, p. 134). Ao fazermos uma análise entre o que alguns autores apontaram sobre as práticas e representações da morte no Brasil e o que os entrevistados disseram sobre essas práticas e representações em Brejo do Cruz, podemos perceber as mudanças e permanências existentes nesta cidade no tocante as questões da morte.

Em uma de nossas entrevistas nos deparamos com uma narrativa de um sonho bastante interessante para pensarmos as representações de inferno que as pessoas que viveram grande parte de suas vidas no século XX construíram, vejamos:

Olhe eu sonhei que tava no inferno, agora lá eu vi gente vivo, vivo ainda hoje tem deles vivo, lá eu vi a fornalha do inferno. A fornalha do inferno é que nem a fornalha de um engenho, você sabe como é a fornalha do engenho? Já andou em engenho? De quebrar cana. Tem a gamela, aí eu chego lá tava um senhor rico sentado numa cadeira assim, olhe, ele disse “Chico o que você tá fazendo aqui, eu disse “eu me admiro o senhor que é rico”. Aí lá eu joguei, lá eu dancei, lá eu bebi cachaça, sabe? Agora no sonho eu conduzia uma caixa de fósforo benta, que eu tinha guardada em casa, e o cordão de São Francisco que eu tinha mandado fazer no Riacho do Jardim. Esse cordão é o seguinte com essa caixa de fósforo pra quando eu morrer, ou servir pra mim ou pra minha mãe. Mandeí o padre Sandoval benzer e do sonho eu conduzia, quando eu acordei de branco que eu via lá foi um sargento, um negro, um homem gordo, não tinha cabelo na cabeça não. Aí eu dizia tô no inferno, e eu quero ir embora, que embora pra que, eu sai com esse cordão açoitando assim. Eu passei um bocado de dia e de noite bem dizer, quase assombrado (FRANCISCO SILVA, 2012).

A partir desse sonho que o senhor Francisco contou, podemos entender como as ideias de inferno que a Igreja criou passam a fazer parte da vida das pessoas, fazendo com que estas se sintam ameaçadas com a possibilidade de sofrer eternamente após a morte. No sonho do senhor Francisco o cordão de São Francisco serve como proteção para ele nos momentos de tormento que passa no inferno. Daí, também podemos perceber a importância atribuída a este objeto, o que fazia com que muitas pessoas guardassem o cordão de São Francisco em casa, para que quando morressem o cordão fosse amarrado a cintura.

Reis (1991) fala sobre algumas imagens e pinturas encontradas no convento de São Francisco que nos faz entender o destaque dado a esse santo na escatologia cristã:

Na cidade da Bahia, uma pintura no teto da desaparecida catacumba do convento de São Francisco_ um dos locais mais usados para o enterro dos que residiam na freguesia da Sé na primeira metade do século XIX_ retrata o santo resgatando almas do Purgatório, que visitava periodicamente com essa finalidade. Um quadro no século XVIII, na parede do consistório da igreja desse convento, repete o tema, sendo que neste as almas tentam se salvar agarrando-se ao cordão do hábito do santo. De acordo com uma tradição sertaneja que provavelmente foi um dia também litorânea, o cordão 'afasta o inimigo e serve aos anjos para puxarem o finado' (REIS, 1991, p. 117).

Este autor estuda as práticas mortuárias comuns em Salvador durante o século XIX, e a partir dessa pesquisa percebemos que muitas das práticas e representações comuns na sociedade analisada por Reis permanece em Brejo do Cruz durante o século XX, é o que notamos nos relatos de alguns entrevistados:

Botavam o cordão de São Francisco na cintura, mandava benzer, todo mundo tinha um cordão de São Francisco guardado, todo velho, benzido, era, já benzido. Traziam pra benzer e a pessoa guardava. Quando morria vestia a mortalha e o cordão de São Francisco na cintura. (DEZUITE CARDOSO, 2012).

Podemos notar que de acordo com as representações que algumas pessoas criaram a vestimenta e alguns objetos eram decisivos no encaminhamento da alma para um bom destino. Acreditamos que durante o século XX, principalmente até meados deste século a morte não parecia ser silenciada como afirmou Philippe Ariès:

Hoje, à necessidade milenar do luto, mais ou menos espontâneo ou imposto segundo as épocas, sucedeu, em meados do século XX, sua interdição. Durante o espaço de uma geração, a situação foi invertida: o que era comandado pela consciência individual ou pela vontade geral é, a partir de então, proibido, o que era proibido, é hoje recomendado. Não convém mais anunciar seu próprio sofrimento e nem mesmo demonstrar o estar sentindo (ARIÈS, 2003, p. 251).

Ao analisarmos as entrevistas não percebemos essa morte interdita, ao relatarmos sobre como aconteciam os ritos fúnebres, os idosos nos faziam entender que

havia uma preocupação muito grande com a realização desses ritos, sendo o choro algo bem presente. Ao descrever os velórios que visitou há uns anos atrás, a senhora Rita Linharesⁱ afirmou que existia muito choro dos familiares: “eu acho que antigamente tinha mais sentimento do que hoje”.

Ao relatarem sobre as cerimônias fúnebres realizadas no século XX em Brejo do Cruz, alguns dos entrevistados falaram sobre a simplicidade destas cerimônias, mas destacaram a preocupação com rezas, com o costume de fazer quarto, e principalmente a necessidade da vela nos últimos instantes. A senhora Sebastianaⁱⁱ disse que a maioria das pessoas morriam com vela e acrescenta que: “*Não era como hoje em dia que morre como um bicho bruto. Muitos botam a vela na mão e outros não botam nem a vela na mão, morre sem vela*”. Esta senhora também falouⁱⁱⁱ que quando alguém estava para morrer no sítio que ela morava, devido a ausência de padres, algumas pessoas eram encarregadas de falar palavras, que segundo a senhora Sebastiana, ajudava a morrer:

Eu me lembro no dia que a finada Mocinha morreu era compadre Bianor ajudando, dizendo aquelas palavras e enquanto ela respirou, ela custou a morrer, ela era só dizendo “perdoai Senhor”, até ninguém ouvir mais. Falou até morrer. Era compadre Bianor dizendo as palavras e ela pedindo perdão a Deus. Foi até a gente só ouvir ela cochichando. Morreu pedindo perdão a Deus, eu me lembro como se fosse hoje (SEBASTIANA PEREIRA, 2010).

Com isso, percebemos que a morte também representava para muitas pessoas na primeira metade do século XX uma passagem para um outro lugar, que poderia ser bom ou ruim, dependendo da vontade de Deus e dos atos que a pessoa tinha praticado durante sua vida e nos seus últimos instantes, é o que parece acreditar a senhora que estava prestes a morrer, já que dizia tantas vezes “perdoai Senhor”, como se seu julgamento estivesse próximo:

[...] Creio que houve o desligamento dos fiéis da pedagogia do ‘bem morrer’, não significa, contudo, que eles não procurassem morrer bem, mas sim que não mais estavam dispostos a seguir todos aqueles passos ensinados pela Igreja, nos quais perpassavam o medo e a necessária presença da instituição, de seus agentes e de seus rituais, no sentido de proporcionar segurança aos moribundos que ela mesma havia tornado agoniados na iminência da morte (RODRIGUES, 2005, p. 349).

Concordamos com a autora no que diz respeito ao desaparecimento de todo aquele ritual que antecedia a morte e que a Igreja controlava. Parece que nos sítios de Brejo do Cruz até a década de 70 do século XX as práticas de bem morrer ainda existiam, só que na maioria das vezes sem a presença de padres, contudo se estes não estavam presentes não era porque o moribundo não queria, e sim pelas dificuldades de se chegar até o sítio. É interessante percebemos como, diante destas dificuldades, as pessoas vão

autorizar certos indivíduos a exercer uma função que antes era exclusiva dos eclesiásticos.

A prática de fazer quarto foi enfatizada por todos os entrevistados, a senhora Rita Linhares falou sobre as visitas que seu pai fazia aos moribundos, vejamos:

Quando tinha uma pessoa pra morrer, meu pai mesmo era assim, era um que quando tinha uma pessoa pra morrer vinham logo buscar ele, ele ficava, ele tinha uma cartilhazinha para na hora que a pessoa estava morrendo, alumiava o nome de Jesus, ai ele ficava lá cantando, cansava de ficar de oito dias na casa de um doente, enquanto a pessoa não morria, ele não vinha, fazendo quarto, antigamente era assim (RITA LINHARES, 2012).

Assim, de acordo com o depoimento da senhora Rita seu pai era uma dessas pessoas encarregadas de “ajudar a morrer”, percebemos que havia uma preocupação muito grande por parte dos familiares para que o moribundo tivesse uma boa morte, já que acreditavam ser preciso uma pessoa que soubesse rezar e cantar acompanhando seus momentos finais, para isso essas pessoas ficavam dias nas casas dos moribundos para que na hora da morte, os ritos necessários fossem seguidos com precisão.

Segundo a senhora Maria do Céu^{iv}, ajudar a pessoa a morrer era apenas rezar, talvez rezas que a maioria das pessoas desconheciam, por isso aqueles que sabiam se destacavam, ficando conhecidos como “aquele que sabe ajudar a morrer”. Esta senhora nos falou como era uma dessas rezas: *“O nome de Jesus tão bonito é, levai essa alma que ela vossa é e sempre há de ser, levai essa alma quando ela morrer”*. Essa era uma das rezas que, de acordo com a senhora Maria do Céu, “ajudava a morrer”.

Uma prática indispensável era a de colocar a vela na mão do moribundo, e quando não tinha um padre por perto, alguém que estava presente deveria se disponibilizar para realizar tal tarefa. A senhora Hilda Costa nos falou de algumas situações em que ela colocou a vela na mão do agonizante:

Sabe quem eu botei uma vela na mão? A mãe de Maria José, essa que trabalha no Grupo, a mãe de Gracinha ali de Dedé, ela tava morrendo e uma pessoa “chega, reza aqui!”, ai quando eu cheguei não tinha ninguém, aí acenderam a vela, eu tinha muita coragem, e segurava na vela e na mão da pessoa (HILDA COSTA, 2012).

Percebemos que os familiares muitas vezes não tinham coragem de segurar a vela e nestes casos esta prática era realizada por pessoas conhecidas da família. Segundo alguns dos entrevistados dificilmente alguém doente era levado para um hospital, na maioria das vezes quando uma pessoa estava doente esta era consultada por um farmacêutico da cidade conhecido por Chico Pinto, e em outros casos as pessoas se automedicavam. A senhora Francisca Dutra relatou as dificuldades de quem morava nos

sítios para consultar alguém doente, destacando que os moribundos não eram levados a hospitais, mas recebiam cuidados dos familiares em casa:

Cuidava, não era como hoje que traz logo pra os hospitais, não é? Lá ficava cuidando, cuidando, e no fim, morria lá mesmo e ninguém nunca tirou ninguém pra morrer fora não. Era lá mesmo no sítio. Aí de um tempo foi que... As coisa não é tudo diferente. [...] Era tudo de pés minha filha, se um adoecia era nos braços para trazer e era Maria Olívia naquele tempo que consultava mais de graça, que ela tá no céu pelas bondades que ela fazia, era tudo muito difícil (FRANCISCA DUTRA, 2012).

Segundo a senhora Francisca as pessoas que moravam no sítio, quando estavam com um familiar doente, em alguns casos¹ vinham a cidade em busca de um remédio para a enfermidade, mas não ficavam em hospitais, iam diretamente procurar determinadas pessoas que não eram médicos, mas que eram conhecidas na cidade por prescrever remédios. Isso acontecia, de acordo com alguns dos entrevistados devido a dificuldade em encontrar médicos em Brejo do Cruz.

Com isso, acreditamos que era comum em Brejo do Cruz até meados do século XX que as pessoas morressem em casa, na presença de familiares e amigos, diferente de hoje em que na grande maioria dos casos as mortes acontecem em hospitais, rodeado de pessoas estranhas:

[...] Até um passado recente, o homem enfrentava quase sempre a morte em casa, rodeado pela família. Seus familiares compreendiam-lhe as necessidades, os desejos, por viverem com ele há muito tempo; podiam ajudá-lo a ter uma morte tão suave quanto possível. [...] Era raro enviar-se um doente para morrer no hospital. Isto mudou muito no decurso das últimas gerações. Na sociedade americana de hoje 80% das mortes ocorrem no hospital. É o resultado da transformação do nosso modo de viver (ZIEGLER, 1977, p. 249-250).

Diante disto, a morte atualmente parece ter se tornado mais difícil de ser encarada. Para Phillippe Ariès no século XX a morte passou a ser silenciada, contudo em Brejo do Cruz até meados deste século as pessoas parecem saber lidar com a ideia de sua finitude e ao que tudo indica a morte não é tratada enquanto um tabu. Talvez o fato das pessoas morrerem mais em casa e na presença dos familiares contribuisse para que encarassem a morte com mais coragem. Para Elias (2001) as fantasias coletivas eram importantes meios para os sujeitos enfrentarem a morte, vejamos:

Em períodos anteriores, fantasias coletivas eram o meio predominante de lidar com a noção de morte. Ainda hoje, é claro, desempenham um importante papel o medo de nossa própria transitoriedade é amenizado com a ajuda e uma fantasia coletiva de vida eterna em outro lugar. Como a administração dos medos humanos é uma das mais importantes fontes de poder das pessoas sobre outras, uma profusão de domínios se estabeleceu e continua a se manter sobre essa base. Com a grande escalada da individualização em tempos recentes, fantasias

¹ - Traziam para a cidade quando acreditavam que ainda existia uma possibilidade de cura para o doente. Quando percebiam que era chegada a morte o moribundo permanecia em casa.

personais e relativamente privadas de imortalidade destacavam-se mais frequentemente da matriz coletiva e vem para o primeiro plano (ELIAS, 2001, p. 43-44).

Elias aponta que antes um número maior de pessoas acreditavam em uma vida eterna, atualmente as fantasias coletivas foram tornando-se fantasias individuais, o que talvez tenha contribuído para que o momento da morte seja mais temido, já que nem todos seguem a mesma crença no tocante ao que acontece após a morte.

Durante as entrevistas alguns dos idosos falaram que desde muito pequenos iam com seus familiares a velórios, em alguns casos estavam presentes até mesmo na hora da morte. A senhora Inácia^v disse que ia com frequência a casa de moribundos com sua avó: *“Eu desde criança que acostumava a ir com a finada minha avó fazer quarto a gente que morre”*.

Então, estando frequentemente acompanhando os momentos finais das pessoas, talvez a morte tenha se tornado familiar para a senhora Inácia, fazendo com que tenha mais coragem de encará-la. Contudo, algo que ela diz preocupá-la é que quando morrer vai deixar o povo conhecido.

Notamos que para a maioria dos entrevistados a única atitude que deve ser tomada quando a morte se aproxima é confiar em Deus, por isso não adianta recorrer a médicos, eles nada podem fazer para adiar a morte, este parece ser um dos motivos que levavam as pessoas a morrerem em casa. Hoje muitos idosos insistem em morrer em casa, mas dificilmente esse desejo é respeitado, pois os familiares, muitas vezes, não aceitam a morte do ente querido e insistem em levá-lo para o hospital, como uma última tentativa de salvá-lo.

Com isso percebemos que até meados do século XX a morte e os mortos despertavam a imaginação das pessoas, fazendo com que estas se preocupassem muito com a realização dos ritos para que os mortos não voltassem a incomodar os vivos. Uma fonte interessante para notarmos essa preocupação das pessoas com o destino da alma são os testamentos.

Aries em seu livro “A história da morte no Ocidente” afirmou que na segunda metade do século XVIII os testamentos já não eram mais utilizados para falar do que poderia ser feito pela alma daquele que fazia o testamento depois que este viesse a falecer:

Ora, na segunda metade do século XVIII, uma mudança considerável interveio na redação dos testamentos. Pode-se admitir que essa mudança foi generalizada em

todo o Ocidente Cristão, protestante ou católico. As cláusulas piedosas, as escolhas de sepultura, as instituições de missas e serviços religiosos e as esmolas desapareceram, tendo sido o testamento reduzido ao que é hoje _ um ato legal de distribuição de fortunas (ARIES, 2003, p. 69-70).

O autor comete um erro quando diz que a mudança relacionada aos testamentos acontece em todo o Ocidente, porque durante nossas pesquisas encontramos testamentos do século XX em que a pessoa que o havia encomendado não estava preocupada apenas em dividir fortunas, mas também falava do que desejava que fosse feito depois de sua morte. Além dessa questão dos testamentos, o autor ainda diz que a fotografia mortuária teria desaparecido durante o século XX, e ainda hoje existe essa prática de fotografar o morto em Brejo do Cruz. Este trabalho de Aries é sem dúvida muito interessante, contudo em alguns momentos percebemos como este autor se engana ao fazer determinadas generalizações.

Um historiador deve ter em mente que as práticas culturais podem variar dependendo do espaço e do tempo. Em relação as práticas mortuárias é interessante como muitas pessoas entendem tais práticas como algo natural, como se não sofressem modificações ao longo do tempo. Como disse Nobeit Elias:

Não só os meios de comunicação ou padrões de coerção podem diferir de sociedade para sociedade, mas também a experiência da morte. Ela é variável e específica segundo os grupos; não importa quão natural e imutável possa parecer aos membros de cada sociedade particular: foi aprendida (ELIAS, 2001, p. 11).

Nos testamentos que encontramos fica clara a preocupação com a vida após a morte das pessoas que os encomendaram. Vejamos o que declarou a senhora Francisca Guimarães em seu testamento:

[...] Mando que depois de minha morte sejam celebradas em benefício de minha alma dez missas instituo meu universal e único herdeiro ao meu filho de criação de nome José Fernandes da Silva [...] (FRANCISCA B. GUIMARÃES, 1925).

Com isso, entendemos que existiam ainda no século XX pessoas que se preocupavam muito com o destino de suas almas e utilizaram os testamentos para deixar registrado o que desejavam que seus familiares fizessem para beneficiar suas almas. Nesse testamento vimos que esta senhora diz primeiramente quantas missas deseja que seja realizada em benefício de sua alma, antes mesmo de falar quem nomeia enquanto seu herdeiro. Também encontramos testamentos em que a pessoa estava preocupada em dizer como queria ser vestido e onde iria ser sepultado como é o caso do senhor Vicente Pimenta:

[...] Primeiramente disse que como cristão Cathólico quer que logo que falecer seja envolto em preto e sepultado no cemitério desta freguesia e que seu desejo se faça segundo o uso e com a decência celebrada a sua pessoa e bem ao tempo de sua morte e que por sua alma sejam celebradas vinte e cinco missas [...] (VICENTE PIMENTA, 1915).

A partir da análise desses testamentos notamos a importância que essas pessoas atribuíam a realização das missas destinadas aos mortos, pois nos testamentos que encontramos um dos detalhes que nos chamou atenção foi a quantidade de missas que as pessoas determinaram:

[...] Logo que falecer deseja que seu corpo seja sepultado no cemitério desta freguesia com a decência relativa a sua pessoa e bem ao tempo de sua morte; em segundo lugar disse: que como cristão católico quer que sejam celebradas em sufrágio de sua alma quinze missas [...] (JOSÉ LUIZ DE FIGUEIREDO, 1921).

Entendemos que para essas pessoas as missas que deveriam ser celebradas após morrerem iriam beneficiar suas almas. Contudo, parece que a prática de encomendar testamento não era muito comum no século XX em Brejo do Cruz. De acordo com os relatos da maioria dos entrevistados as cerimônias fúnebres eram muito simples, devido as dificuldades de sobrevivência que principalmente as pessoas que moravam nos sítios tinham que enfrentar. O senhor Francisco Cardoso falou dessas dificuldades:

[...] Quem morava nos sítios toda vida sofreu muito. Hoje os velho não sofre mais muito não. Porque é tudo aqui numa vida boa, tem mais um governo pra dar o aposento, não é? Da a aposentadoria, os velho tudo bem, mas naquele tempo, velho sofria.

Então, se grande parte das pessoas viviam em dificuldades para sobreviver, é normal que não fizessem um testamento, pois mesmo que esse documento ainda fosse usado para falar sobre o que seria feito após a morte do testador, se a pessoa não tinha nenhum tipo de bem para ser dividido, sua preocupação com a vida após a morte era manifestada e confiada aos familiares apenas oralmente.

Contudo, mesmo não sendo comum a prática de encomendar testamentos, os brejocruzenses se preocupavam em realizar todos os ritos para que a alma do falecido seguisse seu caminho. Diante das dificuldades as cerimônias fúnebres aconteciam de forma muito simples, mas a simplicidade dessas cerimônias não tirava a importância que os familiares atribuíam a esses momentos.

Reis (1991) analisa a necessidade que a maioria das pessoas que viveram em Salvador durante o século XIX sentia no tocante a realização das missas fúnebres. Enquanto as missas fúnebres no Brasil oitocentista eram tão celebradas, e tão pedidas pelos moribundos, em Brejo do Cruz na primeira metade do século XX, nem sempre eram

realizadas, principalmente para quem morava nos sítios mais distantes, segundo a senhora Maria do Céu:

[...] Missa de corpo presente era só pra quem era rico. Os pobres quando chegavam aqui, iam direto para a Igreja. As vezes o padre ia e encomendava o corpo, colocando aquela água benta e fazendo aquelas orações. Se se matasse com as mãos ou morresse envenenado não entrava na Igreja. Se fosse assim o padre vinha e encomendava do lado de fora (MARIA DO CÉU,2010).

Podemos notar que nem todas as pessoas que morriam tinham uma missa de corpo presente, porque se no Brasil Oitocentista existiam as Irmandades Religiosas que se encarregavam de realizar os rituais, mesmo dos mais pobres, na primeira metade do século XX não existiam essas instituições em Brejo do Cruz (no caso as irmandades religiosas) e por isso quem não tinha dinheiro para mandar celebrar a missa, não tinha a quem recorrer, e eram enterrados sem a celebração da missa.

Se esta missa era vista como algo importante para o destino da alma, em situação pior que a dos pobres estavam aqueles que assassinaram ou suicidaram-se, pois estes nem na Igreja entravam, ficavam do lado de fora. De acordo com a senhora Maria Aranha^{vi} *“não era permitido que essas pessoas entrassem porque assassinar e suicidar-se eram vistas como práticas do demônio”*, por isso o destino dessas pessoas, já parecia certo, para um bom lugar não iriam.

Os velórios e enterros em Brejo do Cruz nas primeiras décadas do século xx

A cidade de Brejo do Cruz nas primeiras décadas do século XX tinha uma população rural considerável, tanto é que das pessoas entrevistadas a maioria disse que morava em sítios. Muitas dessas pessoas em seus relatos falaram das dificuldades que passavam nesse tempo, mas também enfatizaram o quanto se sacrificavam para proporcionar ao ente querido uma “boa morte”, com um velório e enterro digno.

Á começar pelas pessoas que moravam na zona rural, percebemos que diante das dificuldades essas pessoas demonstravam solidariedade e respeito para com amigos e conhecidos do falecido. Segundo o senhor Manoel^{vii} *“quando morria alguém todas as pessoas que moravam perto iam ao velório, porque achavam que se não fossem tanto ofenderiam a família, como ao defunto”*, por isso tinham como obrigação ir visitar o morto, esta atitude também era sinal de respeito e consideração pela família.

Ao analisarmos as quinze entrevistas realizadas com os idosos notamos que os ritos fúnebres realizados em Brejo do Cruz nas primeiras décadas do século XX nos lembra o que Philippe Aries denominou de “morte domesticada”, porque mesmo não

havendo tanto planejamento para a morte, esta raramente acontecia de forma solitária. De acordo com os entrevistados em muitas casas, guardava-se uma rede branca para quando alguém da família morrer ser carregado até o cemitério, porque dificilmente os mortos eram enterrados em caixões, vejamos o que a senhora Francisca Dutra disse a respeito de como eram realizados os ritos fúnebres no sítio que ela morava:

Era assim, botava num punho, amarrava naquelas traves de pau de um lado e de outro e o defunto ficava livre naquela rede e ali se juntava aquele povo. Era uns a cavalo, outros de pés para trazer. Tomavam cachaça, quando chegavam aqui já tavam bêbados (FRANCISCA DUTRA, 2012).

Podemos perceber que havia muita dificuldade para realizar um ritual fúnebre na zona rural, principalmente por causa da longa distância que era preciso percorrer para se chegar a cidade e enterrar o defunto.

Aí tinha vez que a gente ia numa estrada e quando dava fé lá vinha aquele homem a cavalo na frente e atrás vinha uma multidão de gente que iam levando o defunto, quando um cansava, aí o outro descia do cavalo e pegava. Olhe na Pinheira, onde Rita morava amanhecia o dia ia para o curral tirava um carneirão grande, matava e fazia o almoço pra o povo e quando terminavam de almoçar acunhavam, não sei como não morriam na quentura (MARIA DO CÉO, 2010).

A partir da fala da senhora Maria do Céu, notamos que mesmo existindo algumas dificuldades financeiras entre muitas famílias brejocruzenses, em alguns destes velórios eram oferecidos almoço, café, chá, em alguns casos a família se encarregava de providenciar até o jantar para quando as pessoas que tinham ido para o enterro voltassem terem o que comer. A senhora Hilda também falou da diversidade de comida que foi oferecida em um velório que ela visitou:

O povo cortava aquelas carne e cozinhava pra o povo comer de noite, e tinha coalhada, ave Maria, eu fiquei impressionada porque eu vi a cabeça do carneiro empendurado, aí eu fiquei tanto assim, imaginado que eu não comia mais carne de carneiro, vendo tirar o couro, botando no fogo e fervendo e fazia aqueles pirão, aquelas coisa, e comendo mulher de noite e o defunto lá fora.

Podemos notar que se dava muita importância as visitas dos conhecidos e ir aos velórios era como uma obrigação das pessoas que moravam nos sítios vizinhos. Hoje alguns idosos reclamam que as pessoas não se importam mais em ficar velando o corpo, vão apenas olhar e voltam para suas casas. Segundo o senhor Francisco: *“Já hoje é diferente o povo só olha mais se for morto de faca, ou de cacete ou de bala, pode prestar atenção. Se tem um ali pra morrer, olhe o dedinho, só tão ali até oito horas, nove e ... o defunto fica sozinho”*. Para o senhor Francisco parece que atualmente as pessoas vão aos velórios nessas situações apenas olhar a tragédia acontecida, diferentemente de quando ele era adolescente, um tempo que para este senhor existia consideração.

De acordo com o Francisco Cardoso^{viii} as pessoas não iam ao velório apenas para ficar olhando para o defunto ou consolar a família, muitos iam para beber cachaça, pois ao ser anunciada a morte de alguém imediatamente a família mandava comprar cachaça, o que era um atrativo para aqueles que gostavam de beber. *“E a cachaça, sempre era cachaça. Passava a noite todinha bebendo, era pra despertar [...]. Ia carregar as vezes, minha filha, bebo”*. Essa prática de beber durante o velório era conhecida como “beber o morto”.

Segundo a senhora Lindalva Cunha existia a solidariedade dos parentes e amigos, mas os velórios também eram momentos de descontração. Ela disse que alguns se alegravam ao saber que tinha um velório para ir: *“[...] davam graças a Deus morrer um, porque a cachaça era grande”*.

A família precisava que muitas pessoas fossem para o velório, não apenas como forma de prestigiar o defunto, mas também porque quando chegava o momento do enterro essas pessoas seriam úteis, era preciso muita gente para carregar o defunto, pois tinham que carregá-lo durante muito tempo devido a longa distância até chegarem a cidade, de acordo com os entrevistados uns eram levados para a Igreja e outros iam direto para o cemitério.

Alguns idosos também destacaram que as cerimônias fúnebres eram muito simples, além de ser difícil alguém ser enterrado em caixões, os objetos que eram utilizados nestas cerimônias eram improvisados, geralmente os familiares usavam os objetos que tinham em casa.

Durante as entrevistas pessoas idosas falaram das dificuldades que enfrentavam para realizar os rituais fúnebres e também das dificuldades de sobrevivência naquele tempo, principalmente os que moravam nos sítios. A senhora Maria do Céu fala da falta de objetos nos velórios:

O defunto era o seguinte: pegava botava uma esteira e botava no chão. Ai pegava os tambores e colocava as velas, acendia as velas dentro de xícaras cheias de areia. Ah, hoje tem tudo, tem tudo quanto é bom pra quem morre. O prefeito dá tudo, naquele tempo a gente nem conhecia o prefeito (MARIA DO CÉU, 2010).

Assim, uma das diferenças entre os ritos fúnebres de meados do século XX e os de hoje, segundo a senhora Maria do Céu é que atualmente o prefeito dar caixões, ou algum dinheiro para a realização do funeral, o que sabemos, é claro, que essa política “assistencialista” não é desinteressada, pois espera-se que o seu “favor” seja recompensado nas eleições. Segundo a senhora Maria do Céu essa política

assistencialista é algo recente, no tempo em que ela era adolescente não tinha a quem pedir ajuda, por isso esses rituais aconteciam com os objetos que tinham em casa, que eram em sua maioria muito simples.

Baseado nos relatos de alguns entrevistados que moraram a maior parte de suas vidas na zona urbana, notamos que na cidade havia mais facilidade no procedimento dos ritos fúnebres, pois a forma de avisar a morte era mais simples, não precisavam percorrer longas distâncias para avisar aos conhecidos do morto. Na hora da agonia era mais fácil a presença de um padre. Havia caixões, embora não sendo para todas as pessoas. Não se andava tanto para chegar ao cemitério. E mesmo nos rituais realizados na cidade existiam diferenças dependendo principalmente das condições financeiras das pessoas.

Sobre essas diferenças o senhor Manoel disse: *“quando eu morava no sítio não tinha diferença, mas na cidade já existia diferença. As pessoas que tinham mais condições era quem podia comprar caixões”*. Mas de acordo com outros depoimentos como o da senhora Maria do Céu existiam mais diferenças: *“Enterro de pobre era um e enterro de rico era outro. Até a missa era diferente”*.

Alguns idosos falaram que, com o passar do tempo, pessoas que tinham melhores condições financeiras e que compravam caixões, em alguns casos, pediam para ser enterrados sem o caixão, determinando que este fosse doado ao cemitério para que pessoas pobres pudessem utilizá-lo. Com essas doações e a ajuda que os políticos passaram a dar para que os mais necessitados organizassem as cerimônias fúnebres de seus entes queridos, a prática de carregar o morto em redes foi desaparecendo.

As dificuldades financeiras era um empecilho para que os ritos fúnebres fossem realizados com mais sofisticação, porque como havíamos falado anteriormente grande parte desses ritos que eram realizados em Brejo do Cruz em meados do século XX eram organizados com os objetos que tinham em casa, era preciso improvisar num tempo em que nem os serviços das funerárias estavam disponíveis como atualmente, nem tampouco as pessoas tinham dinheiro para pagá-los.

Antes eram os familiares do morto quem organizava o velório e o enterro, hoje os familiares não querem se preocupar com os detalhes da organização das cerimônias fúnebres, vejamos o que Maranhão (1996) fala sobre o papel das funerárias atualmente:

[...] Esta assume, cada vez mais em nossos dias, os encargos ligados com um caso de morte: problemas de necropsia, sepultamento, questões de seguro social,

herança... Assim, as pessoas vão se retraindo do trato com os mortos e assumindo o mero papel de espectadores (MARANHÃO, 1996, p. 17).

Ao visitarem os velórios que acontecem hoje em Brejo do Cruz, os idosos percebem algumas diferenças: poucas pessoas, objetos mais sofisticados. O senhor Francisco disse: *“Eu tô cansado de dizer que hoje defunto tá luxando”*. Para este senhor os velórios mais recentes são bem organizados. Porém, assim como outros idosos, ele reclama que as pessoas não se importam mais em ficar velando o corpo, vão apenas olhar e voltam para suas casas.

Talvez essa seja uma característica de uma sociedade em que os jovens desejam silenciar a morte, dessa forma é desagradável ficar muito tempo em um velório, o que para os idosos parece ser algo simples e necessário. Saber em que momento a morte deixou de ser “domesticada” para se transformar em “interdita” é muito difícil, pois como disse Philippe Ariès:

As transformações do homem diante da morte são extremamente lentas por sua própria natureza ou se situam entre longos períodos de imobilidade. (...) O historiador da morte não deve temer abarcar séculos até o limite do milênio: os erros que não pode deixar de cometer são menos graves que os anacronismos de compreensão aos quais se expõe uma cronologia demasiado curta (ARIÉS, 2003, p. 20-21).

Com isso, sendo essas transformações extremamente lentas, torna-se complicado identificarmos o momento em que os jovens passaram a querer “fugir” de tudo que lembra a morte. Mas ao ouvirmos os entrevistados entendemos que as práticas e representações que eles construíram e aprenderam a valorizar são diferentes da que percebemos atualmente entre os jovens de Brejo do Cruz, o que causa um conflito entre jovens e idosos em suas maneiras de encarar a morte. Como disse Chartier:

As lutas de representações têm tanta importância como as lutas econômicas para compreender os mecanismos pelos quais um grupo impõe, ou tenta impor, a sua concepção do mundo social, os valores que são os seus, e o seu domínio (CHARTIER, 1988, p 17).

Dessa forma, os idosos geralmente ignoram o comportamento dos jovens em relação as práticas fúnebres que foram deixadas para trás, principalmente o luto, que hoje não é mais entendido por muitos brejocruzeses como algo importante.

Ao demonstrarmos nosso interesse em saber como eram realizadas as cerimônias fúnebres no passado, notamos que alguns dos entrevistados acharam estranho, mas logo que começamos as entrevistas eles iam enfatizando as diferenças das cerimônias que aconteciam antes e as que ocorrem atualmente, o que nos fez perceber que aos poucos eles iam compreendendo o objetivo da nossa pesquisa.

Ao narrarem a forma como essas cerimônias eram realizadas todos os entrevistados falaram que era tudo diferente, dificilmente alguém era enterrado em caixão, o mais comum era o morto ser levado para a igreja e para o cemitério em uma rede, um detalhe que nos chamou atenção foi que alguns entrevistados disseram que a rede tinha que ser branca, daí percebemos toda uma representação construída a partir dessa cor. Talvez a cor branca da rede representasse um caminho de paz para o morto. Cláudia Rodrigues em seu livro “Lugares dos mortos na cidade dos vivos” fala um pouco da importância da cor branca para os africanos e também para os cristãos, vejamos:

A predominância do branco pode ser explicada pelo significado que lhe era dado tanto no universo cultural africano como no cristão. Entre os vários grupos étnicos africanos, o branco simbolizava a morte. Para os cristãos, a cor simbolizava a esperança na vida eterna, prometida através da Ressurreição, expressando, também, uma identificação com o santo sudário: tecido branco que envolveu o corpo de Jesus Cristo após a morte no Calvário e com o qual ressuscitou. Ainda poderíamos acrescentar que, para os africanos e também para os cristãos, o branco representava tanto a morte como o (re)nascimento, sendo este associado à ressurreição pelos cristãos e, para os africanos, ao nascimento para uma nova vida; estes, todavia demonstravam fazer maior uso dele (RODRIGUES, 1997, p. 201).

A autora fala dessa cor enfatizando que ao escolherem a cor de suas mortalhas, as pessoas que viveram no Rio de Janeiro durante o século XIX, escolhiam com frequência o branco. Assim, entendemos que se havia uma exigência para que a cor da rede fosse branca, certamente existia uma crença que a cor branca ajudaria o morto em sua passagem para uma outra vida.

Em relação a questão da vestimenta do morto, com base no trabalho de Reis percebemos que, na cidade de Salvador no século XIX, dava-se muita importância a escolha da vestimenta fúnebre. “Na época da cemiterada, a roupa fúnebre mais utilizada eram as mortalhas de vários tipos. Os que testavam deixavam instruções sobre como desejavam vestir-se para o funeral” (REIS, 1991, p. 116).

Segundo os entrevistados até meados do século XX todas as pessoas que moravam em Brejo do Cruz, quando faleciam eram vestidas com mortalhas. Atualmente esta prática tem sofrido modificações, as mortalhas estão sendo substituídas por roupas do cotidiano, o que nos faz pensar que muitas pessoas não acreditam mais que a vestimenta do morto influencia em sua passagem para outra vida. Acreditamos que os mais jovens vêem essa mudança na forma de vestir o defunto como algo positivo, já os idosos demonstram não gostar muito dessa mudança. A senhora Hilda Costa falou sobre como eram essas vestimentas:

É, ia de mortalha, tinha que ser. Sabe quem fez muita mortalha aqui Maria do Céu Linhares, ela fazia e era assim minha filha, aí meu Deus, fazia uma saia, se fosse mulher aquela saia de murim, a saia de murim por baixo, depois ai vestia aquele roupão branco por cima dessa saia, e depois o manto, se fosse mulher tinha manto, se fosse homem não tinha não. Ia também em traje de São Francisco, minha mãe foi, ela dizia quando eu morrer eu quero ir com a roupa de São Francisco (HILDA COSTA, 2012).

Então, de acordo com a senhora Hilda a vestimenta fúnebre tinha que ser mortalha. Esta senhora disse que quando morria uma “moça”², sua vestimenta, em alguns casos, era diferente:

A irmã de Ivandi ela sofreu, ela pegou uma tuberculose, ela morreu com trinta e seis anos, aí ela também foi eu que organizei a roupa dela vestir, era um vestido de noiva, ela foi. Não tem Nossa Senhora? Nossa Senhora da Boa Morte. Aí ela foi com essa roupa branca, aí eu botei uma aliança no dedo dela, a aliança não era de ouro não, e ia também de grinalda [...].

Nessa passagem da entrevista realizada com esta senhora lembramos um detalhe interessante apontado por Reis no livro “A morte é uma festa”³, ele fala da relação entre morte e sexualidade e acrescenta que no passado algumas mulheres que não eram virgens, eram vestidas de preto, já aquelas que morriam virgens, como forma de representar sua pureza virginal, eram vestidas de branco.

Com base nas entrevistas dos idosos percebemos que até meados do século XX em Brejo do Cruz as pessoas pareciam mais acostumadas com a ideia da morte, a preocupação maior era com o bem morrer, era preciso que o moribundo, em seus últimos instantes, estivesse rodeado dos familiares e amigos, com rezas e vela, uma vestimenta adequada, e se possível alguém que o “ajudasse a morrer”, de preferência um padre. Todas essas práticas ajudaria o morto em sua passagem para a outra vida, evitando que sua alma ficasse penando.

ⁱ - Entrevista realizada em Janeiro de 2012.

ⁱⁱ - Em entrevista realizada em 2012.

ⁱⁱⁱ - Em entrevista realizada em 2010.

^{iv} - Entrevista realizada em 2010.

^v - Entrevista realizada em Janeiro de 2012.

^{vi} - Entrevista realizada em 2010.

^{vii} - Entrevista realizada em 2010.

^{viii} - Entrevista realizada em 2012.

² - Aqui nos referimos a uma mulher virgem.

³ - (REIS, 1991, p. 120).

Referências

- ARIÈS, Philippe. História da morte no Ocidente. Rio de Janeiro: Ediouro, 2003.
- CATROGA, Fernando. Introdução. In: O Céu da memória: Cemitérios românticos e culto cívico dos mortos em Portugal. Coimbra: Livraria Minerva Editora, 1999, p. 09-37.
- _____. Os funerais civis. In: O Céu da memória: Cemitérios românticos e culto cívico dos mortos em Portugal. Coimbra: Livraria Minerva Editora, 1999, p. 139-261.
- _____. Natureza, Eternidade e História. In: O Céu da memória: Cemitérios românticos e culto cívico dos mortos em Portugal. Coimbra: Livraria Minerva Editora, 1999, p. 293-314.
- CHARTIER, Roger. Por uma Sociologia histórica das práticas culturais. In: A história cultural: entre práticas e representações. Rio de Janeiro: Editora DIFEL, 1988, p. 13-28.
- DELUMEAU, Jean. O historiador em busca do medo. In: História do medo no Ocidente, 1300-1850. São Paulo, Companhia das Letras, 1989, p. 11-37.
- ELIAS, Norbert. A solidão dos moribundos. Seguido de "Envelhecer e morrer". Rio de Janeiro: Jorge Zahar. 2001.
- FALCON, Francisco José Calazans. História Cultural ou História da cultura?. In: **História Cultural: Uma visão sobre a sociedade e a cultura**. Rio de Janeiro: Campus, 2002, p. 57-71.
- _____. História da cultura e História cultural. In: **História Cultural: Uma visão sobre a sociedade e a cultura**. Rio de Janeiro: Campus, 2002, p. 73-78.
- MARANHÃO, José Luiz de Souza. O que é morte. São Paulo: Brasiliense, 1998.
- MEDEIROS, Katianne Silva de. Faces da morte: Imagens e rituais funerários no Seridó. Caicó. 2002. 52 p. Monografia (Graduação em História) Universidade Federal do Rio Grande do Norte.
- PESAVENTO, Sandra Jatagy. História e História Cultural. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.
- REIS, J. J. A morte é uma festa: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.
- RODRIGUES, Cláudia. A sepultura eclesiástica em questão. In: Nas fronteiras do além: a secularização da morte no Rio de Janeiro (séculos XVIII e XIX). Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005, p. 149-188.
- _____. Em torno do enterramento civil. In: Nas fronteiras do além: a secularização da morte no Rio de Janeiro (séculos XVIII e XIX). Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005, p.199-245.
- _____. Em torno da secularização: uma lição que foi esquecida. In: Nas fronteiras do além: a secularização da morte no Rio de Janeiro (séculos XVIII e XIX). Rio de Janeiro: Arquivo Nacional, 2005, p.309-353.
- RODRIGUES, Cláudia. Visões de morte e do além-túmulo. In: Lugares dos mortos na cidade dos vivos: tradições e transformações fúnebres na Corte. Rio de Janeiro, Secretaria Municipal de Cultura, Divisão de Editoração. Coleção Biblioteca Carioca, 1997, p. 149-167.
- _____. Da morte ao morto: costumes fúnebres na corte. In: Lugares dos mortos na cidade dos vivos: tradições e transformações fúnebres na Corte. Rio de Janeiro, Secretaria Municipal de Cultura, Divisão de Editoração. Coleção Biblioteca Carioca, 1997, p. 173-244.

VOVELLE, Michel. Lugares e ritos fúnebres desde o século XIX até os nossos dias. In: *Imagens e Imaginário na História*. Editora Ática: São Paulo, 1997, p. 349-365.

_____. Conclusão. In: *As Almas do Purgatório, ou, trabalho de luto*. São Paulo: Editora UNESP, 2010, p. 321-327.

ZIEGLER, Jean. Morrer em casa, morrer no hospital. In: *Os vivos e a morte: uma sociologia da morte no Ocidente e na diáspora africana no Brasil, e seus mecanismos culturais*. Zahar editores, Rio de Janeiro, 1977. p. 149-253.

FONTES

Fontes Orais

Maria do Céu Linhares

Sebastiana Pereira Santiago

Hilda Costa

Francisca Dutra

Francisco Silva

Francisco Cardoso

Dezúite Cardoso

Maria Aranha

Manoel Alves

Inácia Honorina

Rita Linhares

Lindalava Cunha

Avanir Oliveira

Maria Targino Fernandes

Expedito Filgueiras

Testamentos

GUIMARÃES, Francisca Batista. Testamento. Brejo do Cruz/ Vila de Brejo do Cruz, 1925. (Documento manuscrito de 16 de Junho de 1925, sob a guarda do Cartório Rodrigues, Brejo do Cruz).

LIMA, José Luíz de Figueiredo. Testamento. Brejo do Cruz/ Vila de Brejo do Cruz, 1921. (Documento manuscrito de 15 de Julho de 1921, sob a guarda do Cartório Rodrigues, Brejo do Cruz).

PIMENTA, Vicente Alves Fernandes. Testamento. Brejo do Cruz/ Vila de Brejo do Cruz, 1915. (Documento manuscrito de 16 de Fevereiro de 1915, sob a guarda do Cartório Rodrigues, Brejo do Cruz).